

**30 ANOS DE TRABALHO COM TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA
NA UNEB: UM RELATO PARA ALÉM DA EGO-HISTÓRIA**

Francisco Alfredo Morais Guimarães

Universidade do Estado da Bahia

(fguimaraes@uneb.br)

Agora você já sabe que não se passa incólume pela experiência de ver o mundo pelos olhos de um índio. Você nunca mais vai ser a mesma pessoa, a sua visão de mundo vai mudar.

(DARCY RIBEIRO)

A epígrafe escolhida é parte de um diálogo entre Darcy Ribeiro e o jornalista Washington Novais, após a realização de filmagens para o documentário Xingu, exibido pela extinta TV Manchete, em 1985. Desde quando tomei conhecimento dessa fala, num relato do próprio Novais¹, de imediato me vi tomado de cumplicidade e afinidade com essa perspectiva delineada por Darcy Ribeiro. É considerando essa mesma perspectiva, que explico aqui o como e por que da temática indígena ter delineado minha atuação como professor na Universidade do Estado da Bahia (Uneb), o que também justifica o uso que faço da ego-história como uma opção metodológica.

Apresento um relato considerando uma experiência acadêmica que tem levado em conta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que tem sido pensada e articulada com o propósito de estabelecer uma interação dialógica entre professores e estudantes da Uneb, professores e estudantes da Educação Básica e professores e lideranças indígenas, na Bahia, considerando uma relação igualitária entre esses sujeitos, seus saberes e contextos de enunciação, visando uma produção de conhecimentos através da objetivação de informações, dados e conceitos relativos ao tratamento da questão indígena na educação e a educação escolar específica, diferenciada e intercultural para os povos indígenas.

Como procurarei mostrar, a opção pela ego-história, para além apresentar a minha trajetória pessoal, revelando meu protagonismo como indigenista na Uneb, serve para evidenciar as implicações do meu papel enquanto sujeito, na interface com outros indivíduos e

¹ Relato de Washington de Novais no Programa Roda Viva, exibido pela TV Cultura em 05/06/2000.

o mundo a nossa volta, nos tornando produtos de uma mesma história, pois, como afirma Chaunu (1989), na ego-história,

o que está em causa é explicar a sua própria história como se fosse de outrem, tentar aplicar a si próprio, seguindo o estilo e os métodos que cada um escolheu, o olhar frio, englobante e explicativo que tantas vezes se lançou sobre os outros. Em resumo, tornar clara, como historiador, a ligação existente entre a história que cada um fez e a história de que cada um é produto (Chaunu, 1989, s/p).

Dentro dessa condição explicativa, a perspectiva relacional presente na ego-história também se aproxima de uma narração autobiográfica, como nos explica Souza (2008, p.39-40), ao destacar que

[...] as ideias de biografia, trabalho biográfico, biografização e aprendizagem biográfica emergem e enraízam-se no curso da vida, como uma maneira que representamos a nossa existência e como contamos para nós mesmos e para os outros, em estreita relação com a história e a cultura. Os modelos biográficos e, mais especificamente, os memoriais de formação ou acadêmicos revelam modos discursivos construídos pelos sujeitos em suas dimensões sócio-históricas e culturais numa interface entre memória e discursos de si. Os modelos biográficos assentam-se na inserção individual e coletiva da memória e nas histórias de vida, os quais centram-se na temporalidade, nos territórios, na individualização e individuação da existência e do sentido da vida.

Com a escolha metodológica da ego-história, busco demarcar o percurso de minhas experiências ao longo de 30 anos na Uneb, apresentando uma construção textual que assume uma conotação social e culturalmente referenciada e reflexiva, pois ao transpor os limites do espaço físico da universidade, estabelecendo contato com diferentes agentes sociais, as atividades desenvolvidas revelavam a necessidade de se estabelecer uma ação institucional, visando a abertura de espaços na universidade e fora dela, para o estabelecimento de políticas de ação afirmativa para os povos indígenas, como a inclusão dos indígenas da política de cotas da universidade e, de uma maneira mais efetiva, a oferta de cursos de formação específica e intercultural para seus professores.

Memórias sobre as experiências com a questão indígena na Uneb

Dei início ao desenvolvimento de projetos com a temática indígena na Uneb em 1989, ano em que ingressei na instituição como Professor Substituto no Departamento de Educação do Campus X, em Teixeira de Freitas. Esse ingresso se deu logo depois de minha atuação como indigenista na Fundação Nacional do Índio (Funai), realizando trabalhos de campo junto a povos indígenas na região amazônica² e prestando assessoria ao Museu Paraense Emílio Goeldi³, em Belém- PA, e ao Museu do Índio⁴, no Rio de Janeiro- RJ, entre 1985 e 1987.

A minha experiência de trabalho como indigenista foi fundamental na minha formação e atuação como historiador, permitindo o descortinamento de perspectivas de atuação profissional com o tratamento da temática indígena no ensino de História e na formação de professores indígenas, o que se caracterizou como um trabalho pioneiro e inovador na Uneb, mas que só foi possível graças à sua perspectiva colaborativa, com a articulação de uma rede de apoio no interior da universidade e com outras instituições, mas, sobretudo, com a interlocução com lideranças e professores indígenas.

Os projetos desenvolvidos na Uneb, inicialmente no Campus X, em Teixeira de Freitas e, em seguida, no Campus II, em Alagoinhas, onde passei a atuar entre 1989 e 2015, foram, na sua maioria, realizados em parceria com a Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai-Ba), uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, com sede em Salvador, criada em 1979 e formalizada em 1982, com o objetivo de assessorar o movimento indígena e promover ações visando um relacionamento mais justo entre a sociedade brasileira e povos indígenas.

Num período em que havia uma grande invisibilidade da questão indígena, inclusive, um desconhecimento da existência de povos indígenas no estado da Bahia, a articulação com a Anai, através do meu ingresso na entidade, foi fundamental, pois permitiu uma interlocução com o movimento indígena, no sentido de desenvolver ações com o propósito de dar visibilidade à história e à cultura das diversas etnias no estado e de mediar o atendimento a suas demandas.

Entre as primeiras ações desenvolvidas na parceria com a Anai, destaco a realização, em Salvador, de diversos eventos culturais com a presença indígena, principalmente em shopping centers e manifestações com grande concentração popular, como o desfile do Dois de

² Nesse período, convivi com os povos Ticuna da Área Indígena Vui-Uatá-In, no Alto Solimões-AM e Guajajara da Área Indígena Caru- MA, onde também tive contato com indígenas recém-contatados do povo AWá Guajá.

³ No MPEG, integrei a equipe do projeto Indigenismo e Ecologia Humana, responsável pela elaboração do EIA/RIMA da construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira (PA), atual Belo Monte.

Julho, data em que se comemorara a independência do Brasil na Bahia e no carnaval. Nesses eventos, vários povos indígenas tiveram, pela primeira vez, a oportunidade de apresentar suas tradições culturais fora de suas comunidades.

Outra importante ação foi a realização, ao longo de 1990, do programa radiofônico “Papo de Índio”, que, além da Anai, contou com o apoio da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Alagoinhas e do Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb). O programa Papo de Índio foi apresentado em Alagoinhas, na Rádio AM Emissora de Alagoinhas e Salvador, na Rádio Educadora FM, mas com retransmissão todos os sábados, em cadeia estadual, na Rádio Educadora AM, através do programa Projeto Minerva.

O programa Papo de Índio foi um dos primeiros programas de rádio no país dedicado exclusivamente ao tratamento da temática indígena e teve como objetivo apresentar e discutir a questão indígena, através de entrevistas com indigenistas e antropólogos da Anai. Além desse enfoque sobre política indigenista, o programa também possuía uma sessão cultural, com a apresentação de músicas de povos indígenas, que, na época, passaram a contar com a gravação de seus primeiros discos, e apresentações literomusicais de temática indígena, realizadas pelo grupo Biscoitos Finos⁵.

Em relação ao tratamento da temática indígena na escola, a partir de 1990 desenvolvi, em parceria com o músico e professor da Uneb, Washington Drummond, a “Vivência de Ethnohistória Indígena”, concebida com base experimentações de arte performática, que tinham como objetivo romper com o enquadramento genérico e estereotipado da temática indígena na escola, por apresentar um repertório de representações que se opõem a reprodução folclórica e exótica de tradições culturais indígenas, bastante comuns em atividades escolares, e que tinham um poder para atingir mais e de novas formas o público escolar, bastante condicionado a práticas pedagógicas individuais, transmissivas e puramente livrescas, que caracterizam o modelo tradicional de educação escolar, que, como já insistia Freire (1987), se constitui numa prática inadequada de ensinar, posto que, segundo ele,

[...] a educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças. (FREIRE, 1987, p.84).

⁵ Grupo composto pelos artistas Francisco Guimarães, Verônica Magalhães, Washington Drummond, Weber Soares e Zé Luís Sales.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

Dessa forma, a Vivência de Etnohistória Indígena é sustentada por eventos intencionais, abertos a experiências evocativas, integrativas e inusitadas, onde os conteúdos provem das diversas referências e simbologias socioculturais de povos indígenas, colocando os participantes em contato com a riqueza e a diversidade de expressões linguísticas, estéticas e culturais dessas sociedades, mas que sofrem novas associações e significações, ao evidenciarmos o confronto ocorrido no nível do simbólico, do imaginário, entre as sociedades indígenas e europeias.

Ao longo da década de 1990, esse trabalho vivencial foi realizado em vários campi da Uneb e em escolas da Educação Básica, em Salvador e Alagoinhas, além de congressos acadêmicos, como foi o caso do II Congresso Ibero Americano de História da Educação Latino Americana, realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1994, cujo cartaz apresento abaixo:



Figura 1- Cartaz da Vivência de Etnohistória Indígenas
Fonte- Acervo pessoal do autor

A partir dessa experiência, em 1991, junto com outros professores da Uneb, da Ufba e membros da Anai, foi formado um grupo de pesquisadores indigenistas⁶, visando o desenvolvimento do projeto “Recontando a História do Índio no Brasil”, que teve o objetivo de realizar uma pesquisa sobre o tratamento da temática indígena em escolas da Educação Infantil e Educação Básica, em Salvador e Alagoinhas, além da oferta de cursos e palestras, visando uma interlocução com professores e alunos.

Através do levantamento realizado na pesquisa, feito através de desenhos, por estudantes da Educação Infantil e questionários, respondidos por professores e estudantes da Educação Básica, foi constatada a prevalência de preconceitos e estereótipos na visão sobre os povos indígena, bem como uma grande desinformação sobre a realidade indígena, em particular na Bahia, com a maioria dos professores e alunos não saber da existência de povos indígenas no Estado (GUIMARÃES, 1996).

Para a realização dos cursos e palestras, foi produzido como material didático a cartilha *Recontando a história do índio no Brasil*⁷, que, por meio de uma produção textual questionadora e do uso de cartuns⁸, buscou-se desafiar representações didáticas sobre os povos indígenas, refletindo sobre discursos e práticas pedagógicas a elas relacionadas, como forma de estabelecer uma de padronização/desnaturalização do olhar sobre a temática indígena.

Devido ao grande reconhecimento da cartilha como material didático, por cumprir um papel importante no aprofundamento conceitual que os livros didáticos não conseguiam alcançar, ela passou a ser adotada em diversas escolas do Ensino Fundamental em Salvador e Alagoinhas.

⁶Além do autor deste texto, o grupo foi composto por Rosa Costa (Anai), José Augusto Laranjeira Sampaio (Anai/Uneb), América Lúcia César (Ceas/Uneb) e Clélia Neri Cortes (Anai)

⁷ A cartilha é uma produção coletiva do grupo e do cartunista Paulo Serra, que se integrou à equipe, proporcionando à publicação uma dimensão estética provocativa e inusitada.

⁸ Gênero de arte visual considerado opinativo ou analítico, que critica, satiriza e expõe situações por meio do humor.



Figura 2 – Capa da Cartilha Recontando A História do índio no Brasil
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

O resultado mais importante desse projeto foi a assinatura, em 1992, de um convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Salvador, que contemplou a realização de um curso de formação para os professores da Rede Municipal, bem como a adoção da cartilha em todas as suas escolas.

Por conta da sua atualidade, consistência das informações, beleza e provocações suscitadas por suas ilustrações, ainda hoje a Cartilha se constitui como um importante material de referência sobre o tratamento da temática indígena, chegando, inclusive, a ser utilizada em livros didáticos para contemplar reflexões temáticas obrigatórias, conforme determina a Lei 11.645/08, como pode ser visto a seguir:

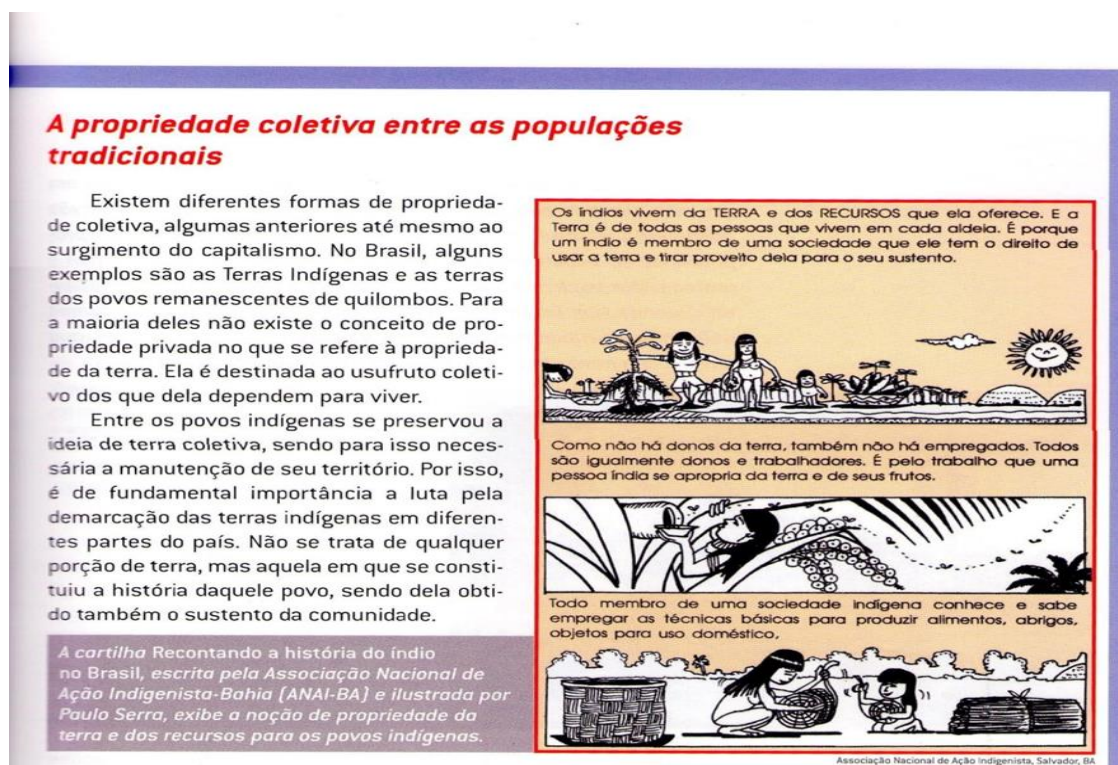


Figura 3–Trecho do livro História Temática: terra e Propriedade. 8º ano, com a apresentação de parte da Cartilha *Recontando a História do índio no Brasil*.
Fonte: Cabrini (2009 p.19).

Em paralelo às ações sobre o tratamento da temática indígena na escola, também foram realizados trabalhos de campo junto a povos indígenas, atendendo a duas demandas específicas: a realização de visitas técnicas de estudantes do curso de História do Campus II, em Alagoinhas, junto ao povo Kiriri, em Banzaê-Ba, por meio do projeto “Estudantes de História do *Campus* II da Uneb visitam o povo Kiriri”, iniciado em 1990, a partir de uma solicitação dos alunos do curso, que viam nessa atividade de extensão a possibilidade de integrar às exigências formais de formação acadêmica, o desenvolvimento de estudos de campo em área indígena.

Em documentário sobre uma das viagens do projeto de visita ao povo Kiriri, realizado em 1992 pela TV Uneb, temos o registro do seguinte depoimento:

A importância desse trabalho de campo é de podermos buscar elementos outros que não o bibliográfico para compreender uma certa realidade. No caso da História da Bahia, eu acho esse trabalho fundamental porque o enfoque historiográfico é restrito praticamente ao recôncavo, com o cultivo da cana-de-açúcar e o sul da Bahia, com a exploração do cacau. No que se refere ao sertão baiano, existe uma exclusão, principalmente em relação ao contexto dos índios. Assim, essas visitas de campo tem um grande valor porque a gente está indo buscar elementos para compreender essa realidade. (Fernanda Pimenta, informação verbal, 1992)⁹.

⁹ O referido documentário encontra-se disponível para visualização no Youtube, no endereço https://www.youtube.com/channel/UCRiM80XNdeIBb7G9ZsBb3_w com o título História e Cultura Indígena Estrada I

A outra demanda, foi o desenvolvimento de ações no campo da educação escolar indígena, que foram iniciadas em 1998, por meio de uma parceria interinstitucional entre a Uneb a Ufba e a Anai, para a realização do Curso de Magistério Indígena da Bahia, que,

por conta da especificidade da educação escolar indígena, teve o seu currículo concebido através da interlocução entre formadores e professores indígenas, dando ênfase a uma formação itinerante, através de módulos em comunidades indígenas no Sul, Extremo Sul, Norte e Oeste da Bahia. Isso assegurou ao curso uma flexibilização curricular, atentando para a necessidade de tratar de questões relacionadas como a prática pedagógica dos professores e a gestão escolar e o delineamento de um novo modelo de educação para as escolas indígenas (GUIMARÃES, 2014).

Atuando no Curso de Magistério Indígena como professor de história, coordenei projetos de extensão, nos quais foram realizadas oficinas de pesquisa com professores indígenas sobre temas da tradição oral em suas comunidades, visando a produção de materiais didáticos, o que resultou na publicação dos primeiros livros didáticos de autoria indígena na Bahia.

Ao refletir sobre o êxito dessa experiência, destaco que a publicação de livros didáticos de autoria indígena permitiu aos professores o registro da história presente em suas comunidades, revelando o significado e o valor da cultura e da tradição oral para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico comprometido com a identidade e a autoestima dos seus alunos e que, dessa forma, passaram a criar condições para redimensionar o ensino focado nas “grandes imagens da história”, encontradas no livro didático de História (GUIMARÃES, 2008, p. 48).

Buscando dar visibilidade a essa importante conquista dos povos indígenas na Bahia, foram realizados alguns lançamentos dos livros, como o ocorrido em junho de 2006 em Teixeira de Freitas, que contou com a presença dos autores e lideranças indígenas e a cobertura da imprensa, a exemplo do jornal A Tarde, que publicou a seguinte matéria:



Figura 4– Lançamentos dos livros: Leituras Pataxó e Leituras Kiriri, no Campus X da UNEB.

Fonte: *Jornal A Tarde*, 2006, p.13

A publicação desses e de outros livros, produzidos sob a coordenação de outros professores que atuaram como formadores de professores indígenas, contribuíram para dar visibilidade à questão indígena na Uneb e na Ufba, além de balizar ações institucionais específicas em relação ao tratamento da temática indígena na Educação Básica e, especificamente, na educação escolar indígena, área na qual a Uneb passou a se destacar, sobretudo após a oferta do Curso de Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena, iniciado em 2009.

Se em 1989 o número de professores e estudantes da Uneb comprometidos com os desafios do tratamento da temática indígena na universidade e de contribuir com a educação escolar indígena, era muito pequeno, hoje, ele aumentou de forma significativa, revelando que esse campo possui solos férteis, com as sementes nele plantadas dando muitos frutos. Isso se observa nas mudanças curriculares que vêm ocorrendo nos cursos de licenciatura da Uneb, na presença da temática indígena em programas de Pós-Graduação, e, especificamente, no número de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos por vários professores, em especial, os indígenas, o que tem contribuído para que suas escolas possam ser reconhecidas, hoje, como viveiros pedagógicos, onde são semeados muitos saberes e se multiplicam lições.

Experiência com a produção de bricolagens audiovisuais de temática indígena

A partir de 2015, com a minha transferência para o curso de História do Campus I da Uneb, em Salvador, passei a contemplar nas pesquisas sobre a temática indígena a questão do uso didático de iconografia, dando ênfase ao uso da técnica de bricolagem, considerando a sua perspectiva de poder permitir a construção do conhecimento a partir da formação de uma consciência crítica comprometida com a interpretação dos fenômenos sociais, considerando a escuta de diferentes vozes, principalmente dos grupos marginalizados, neste caso os povos indígenas, enfatizando os campos simbólicos de luta presentes nos conflitos sociais (GUIMARÃES, 2018, p. 1).

A proposta consistiu em trabalhar com exercícios de (re)leitura da iconografia didática, com o propósito de estabelecer o poder da *poiésis* enquanto estado de imaginação criativa¹⁰, mexendo com os sentidos do observador e instigando-o a experimentar determinadas sensações e percepções, com a decodificação, o deslocamento e a reciclagem de ideias, como forma de ter acesso às mensagens que, direta ou indiretamente, a imagem pode passar.

¹⁰ Visualização criativa é uma técnica onde se usa a imaginação dirigida para criar imagens e sensações através de processo de concentração e emoção, utilizando dramatizações, instalações, poemas, metáforas e sequências específicas para as induções perceptivas.

Como destaca Burke, é necessário observar nas imagens

os detalhes pequenos mas significativos – incluindo ausências significativas – usando-os como pistas para informações que os produtores de imagens não sabiam que eles sabiam, ou para suposições que eles não estavam conscientes de possuir (BURKE, 2004, p. 236-238).

Em 2013, em um relatório realizado para o Ministério de Educação a respeito das ações desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior sobre a história e a cultura dos povos indígenas no Brasil, Silva (2013, p.33) destaca essa experiência com bricolagens didáticas de temática indígena entre outras ações comprometidas com a implementação da lei 11.645, de 10 de março de 2008, no âmbito das universidades em todo país, evidenciando:

A primeira experiência de destaque refere-se ao trabalho do Prof. Francisco Alfredo, que ministra História Indígena na UNEB, Campus Alagoinha, e desenvolve pesquisa tanto sobre educação indígena quanto sobre história indígena. O professor segue o método cultural e desenvolveu abordagem aplicada à temática indígena, que denominou de *bricolagem*, para o ensino da história indígena para não indígenas, que consta de intervenções em imagens e outros materiais consagrados pelo uso tradicional no ensino da história do Brasil, de forma a deslocar o olhar do aluno e problematizar situações e imagens naturalizadas pelo tempo com o intuito de ajudar o aluno a perceber outras formas de pensar a presença indígena.

Conforme destaca a autora do referido relatório, a referência a essa experiência desenvolvida na Uneb, tomou como base dois artigos nos quais descrevo a aplicação do método e os resultados do trabalho desenvolvido (SILVA, 2013, p. 33), nos quais enfatizo a necessidade da (des)educação do olhar na leitura de imagens visuais sobre os povos indígenas.

Tomando como referência os estudos realizados por Belluzzo (1999), Knauss (2001), Siman et al (2001) e Vaz (2002), que evidenciam o despreparo dos autores dos livros didáticos e dos próprios professores no tratamento da temática indígena na escola e no uso das fontes documentais iconográficas a ela relacionadas, enfatizei a necessidade, conforme preconiza Mauad, de realização dos exercícios de leitura de imagens pautados em uma educação do olhar, tendo em vista que a educação pictórica integra “um conjunto de representações sociais que, através da educação do olhar, definem maneiras de ser e agir, projetando ideias, valores estéticos e morais. (...) Nenhuma imagem é lida naturalmente, sua compreensão requer um aprendizado cultural que, no limite, permite reconhecer, numa fotografia, não a realidade, mas a sua (re)apresentação” (MAUAD, 2007: 111).

Em conformidade com o *modus operandi* do *bricoleur*, que é aquela pessoa que (re)cria objetos, imagens e emoções, passei a produzir, com o apoio de estudantes bolsistas e voluntários e técnicos em vídeo da Uneb, animações didáticas, com o objetivo de explorar o universo de

significados presentes em iconografias didáticas e instigar o aluno a usar a imaginação em seu processo de decodificação simbólica.

A primeira animação foi produzida em 2015, por meio do projeto “Iconografia Indígena e Bricolagem Museológica”, que teve como objetivo viabilizar a participação da Uneb na 9ª Primavera dos Museus, uma temporada cultural coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que teve como tema “Museus e Memórias Indígenas”.

Através de uma parceria com o Museu de Arte da Bahia- Mab e o Museu de Arqueologia Indígena (Mae-Ufba) foi realizada a exposição “Povos Indígenas, Floresta Cultural, Mercantilismo e Selvageria Culta”, composta por uma instalação na qual tecemos comparativos críticos entre os modelos sociais e econômicos de povos indígenas e o português e que teve como elemento principal a animação “Povos indígenas e a primeira missa no Brasil: diferentes formas de ver diferentes maneiras de pensar”, produzida pela equipe da TV Uneb¹¹.

Atualmente, a animação encontra-se disponível para acesso livre no Youtube, contando com mais de três mil visualizações, o que revela que a produção desse tipo de material didático apresenta, hoje, uma condição privilegiada, devido a grande facilidade de acesso por parte de professores, alunos e o público em geral.

Entre os anos de 2016 e 2018, o projeto passou a contar com a participação de alunos do curso de História do Departamento de Ciências Humanas do Ccampus I (DCH-I)¹², na condição de bolsistas de Extensão, Iniciação Científica e voluntários, tendo como objetivo específico o desenvolvimento de sub-projetos considerando a análise da iconografia de temática indígena presente em livros didáticos de História e participarem da produção de uma nova animação didática, (2006 apud GUIMARÃES, 2018, p.1), que encontra-se em processo de finalização.

¹¹ A animação contou com a participação voluntária da discente do curso de graduação em Ciências Sociais do DEDC-I da UNEB, Josyane Costa e foi ambientada em uma roça de mandioca, cultivada na área externa do MAB e transplantada para uma de suas salas de exposição. Atualmente, a animação encontra-se disponível no site <https://www.youtube.com/watch?v=6jP75eNr8Cs&t=32>

¹² Os alunos que participaram do projeto foram: Bolsistas de Iniciação Científica: Marianne Chaves Reis Bittencourt e Bruno Bastos Santos; Bolsista de Monitoria de Extensão: Rodrigo Gomes dos Santos; Voluntários: Gabriel Mendes Silva Carrascosa, Vilson Francisco Coroa Xavier e João Matheus Silva Guimarães.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, A. M. M.. A lógica das imagens e os habitantes do Novo Mundo. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). Os índios no Brasil. 3. ed. São Paulo: SMC-SP, 1992. p. 46-57

BURKE, Peter. Testemunha ocular. São Paulo: EDUSC, 2004 (Coleção História e Imagem).

CHAUNU, Pierre. [Contracapa]. In: NORA, Pierre. Ensaio de Ego-história. Lisboa: Edições 70, 1989.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. A gente só conhece certo quando vê de perto: um novo olhar sobre a pesquisa entre os professores kiriri. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. A guerra de imagens e a (des) educação do olhar no ensino da nova história indígena. Dossiê Indígena. Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, Salvador, 2018. Disponível em:

<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=263>

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. Professores indígenas: atores de pesquisa e autores de livros. *Presente! Revista de Educação*, Salvador, Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica, ano 16, n.63, p.44-49, dez.2008.

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Morais. *Vui-Uata-In (União de Todos): a vivência como dispositivo pedagógico no tratamento da temática indígena*. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In. NIKITIUK, S. M. L.(Org.). *Repensando o ensino de História*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MAUAD, Ana Maria. As imagens que educam e instruem: usos e funções das ilustrações nos livros didáticos de história. In: OLIVEIRA, Margarida M. Dias; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). *O livro didático de história: políticas educacionais, pesquisas e ensino*. Natal: EDUFRRN. 2007.p.109-114.

PIMENTA, Fernanda. Depoimento [novembro, 1992]. Entrevistador: F. Guimarães. Banzaê-Ba: Área Indígena Kiriri. [Vídeo em DVD]. Entrevista concedida a TV UNEB, em 16 de novembro de 1992.

SILVA, Beatriz Carretta Corrêa da. Relatório do Projeto CNE/UNESCO 914BRA1136. 3: Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade – História e Cultura dos Povos Indígenas. MEC /CNE. Brasília, 2013.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SIMAN, Lana Mara de Castro et al (Org.). *Inaugurando a História e construindo a nação: discursos e imagens no ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

SOUZA, Elizeu. Clementino de. (Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação napós-graduação. *Revista Fórum Identidades.* , v.4, p.37 - 50, 2008.

VAZ, Paulo Bernardo Ferreira; MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ALMEIDA, Sílvia Capanema Pereira de. Quem é quem nessa história? Iconografia do livro didático. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga (Org.). *Imagens do Brasil: modos de ver, modos de conviver*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 47-85 (Comunicação & Cultura, v. 2).